

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2019





ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convocatória

Em obediência ao disposto no artigo 22º, alínea b) n.º 2, dos Estatutos, convoco o Irmão para uma reunião ordinária da Assembleia Geral, no dia 26 de Março de 2020, às 19:30 horas, no **LAR NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS**, no **LARGO DO ROSSIO, 11**, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Apresentação do Relatório e Contas da Gerência de 2019;
- 2.º Semana Santa;
- 3.º Outros assuntos julgados de interesse pela Assembleia.

Se à hora marcada não estiverem a maioria dos Irmãos, a reunião iniciar-se-á às 20 horas com os Irmãos presentes.

Se algum Irmão desejar consultar qualquer documento para além dos enviados, deve dirigir-se à Secretaria dentro das horas de expediente.

Vila Flor, 12 de Março de 2020.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

(Victor Manuel da Silva Costa)



CORPOS GERENTES DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR PARA O QUADRIÊNIO 2017 A 2020

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Victor Manuel Silva Costa
Alexandre José Evaristo Trigo
Paulo José Gomes Monteiro Praça

MESA ADMINISTRATIVA

Provedor: Quintino Augusto Pimentel Gonçalves
Vice - Provedor: José Joaquim Fernandes Pinto Figueiredo
Secretário: Rogério de Jesus Sanches Fernandes
Tesoureiro: António Júlio Martins Lapa
Vogal: Victor Manuel Cortinhas Sil

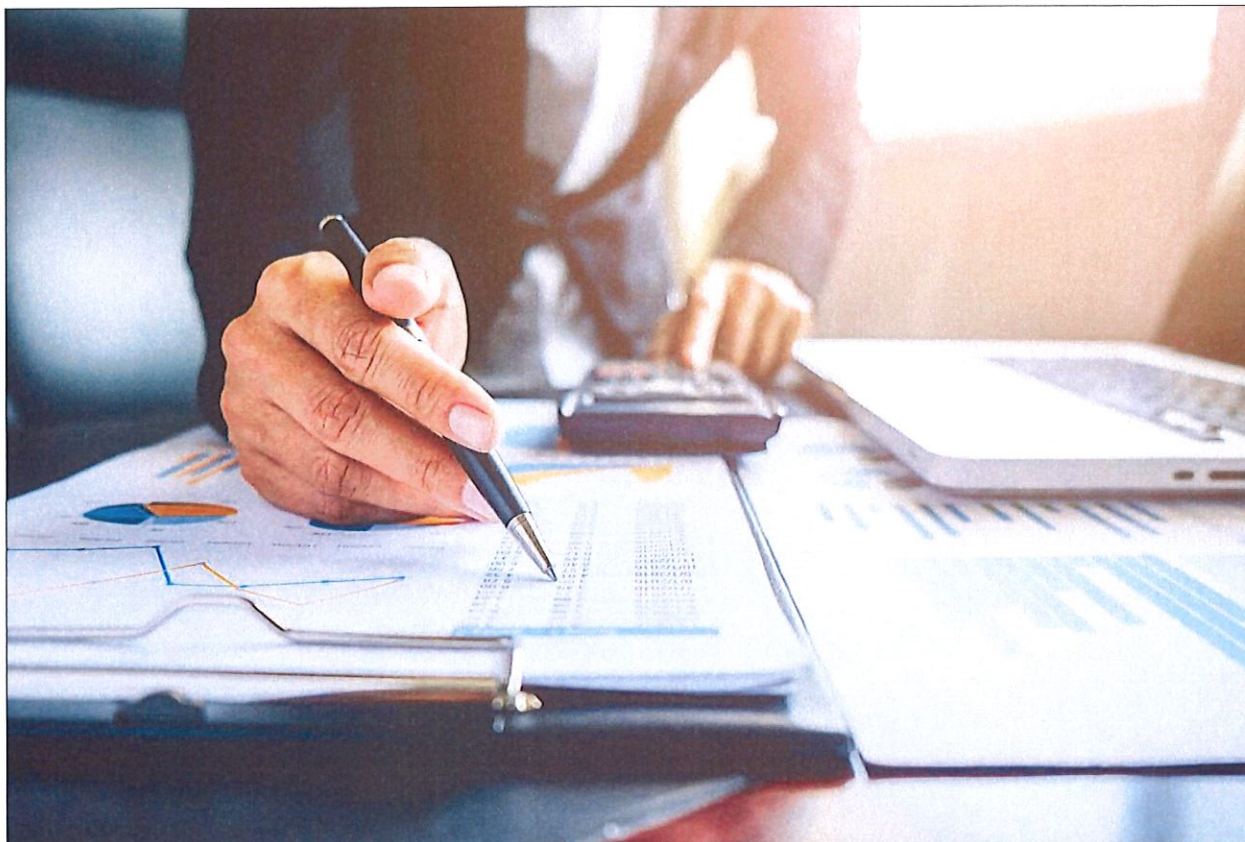
Suplentes: Joaquim João Gouveia Magalhães
Antero Luís Costa Teixeira
Octávio António Moura
Ramiro Samuel Cordeiro Roças
António Duarte Pinhel

CONSELHO FISCAL

Presidente: Paulo José Arantes Conceição
Pedro José Sampaio de Barros
António Manuel Carvalho Guilheiros

Suplentes: Tito Lívio Teixeira Almeida
Teresa da Assunção Carvalho Silva Sousa
José António Félix Mesquita

// Relatório de Gestão e Contas | 2019 – Introdução



A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor no cumprimento das disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício do ano económico de 2019, para a respetiva apreciação e votação da Irmandade. Este documento tem como objectivo primordial apresentar aos Irmãos da Misericórdia de Vila Flor, a execução física e económica da Instituição no último ano, enquadrado na perspetiva de um desenvolvimento religioso e coerente ao serviço da comunidade.

Neste Caso, estarão em apreciação o Relatório referente às atividades desenvolvidas no ano de 2019 e respetivas contas, devendo, por isso, ser referido que este documento espelha o desenvolvimento da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor ao longo do referido ano civil, tendo como referencial os objetivos propostos e as atividades prescritas no respetivo Plano.

Sendo um documento de carácter aberto e dinâmico, foram-lhe, pontualmente, introduzidos alguns melhoramentos, no sentido de se alcançarem os objetivos preconizados.

Subjacentes a estes princípios, estiveram sempre presentes condutas identificativas de hábitos e comportamentos que estivessem a contribuir para o desequilíbrio económico-financeiro.



Portanto, outro objetivo inerente a este instrumento organizativo, continua a ser a contenção de despesas consideradas supérfluas, sem prejuízo do cumprimento das atividades projetadas, da continuidade da prática das Catorze Obras de Misericórdia e da prestação de assistência a todos os que dela precisem e o requeiram.

Foi, convenhamos, um ano difícil sob o ponto de vista da continuidade da contenção das despesas, isto porque os meios postos ao dispor da Misericórdia são cada vez mais reduzidos, em contraponto com as cada vez mais acrescidas responsabilidades no que respeita à assistência a pessoas em situação de fragilidade e emergência social.

Acresce a este fator limitador da recuperação económica, a obrigatoriedade de acompanharmos o aumento da Retribuição Mensal Mínima Garantida, que, como sabem, nos últimos cinco anos passou de 505 euros em 2015, para 635 euros em 2020.

É certo que se trata de uma medida de grande alcance social (não é isso que esta em causa), mas que não foi acompanhada pela tutela de idênticos apoios às entidades que prestam trabalho no âmbito do setor social e solidário.

Estas medidas, sem dúvida importantes para quem delas beneficia, assumidas sem estudo prévio e sem serem acompanhadas de outras reparadoras das consequências que possam provocar, conduzirão, inequivocamente, à insustentabilidade das Instituições Particulares de Solidariedade Social e, por força destas circunstâncias, à falência da qualidade da prestação de cuidados sociais aos mais carenciados.

Não ignoramos que a concretização de um plano de atividades, cuja execução assenta em critérios de restrição orçamental, reduz os efeitos pretendidos. Por isso, tem que se apelar à capacidade criativa, no sentido de impedirmos que os nossos utentes vejam as suas necessidades quotidianas e o seu bem-estar reduzidas e pugnar para que os nossos seniores continuem a usufruir de ações que contribuam para o seu envelhecimento ativo.

Perante o exposto, pode constatar-se que não foi fácil cumprir as orientações preconizadas neste instrumento organizativo referente ao ano de 2019, tais foram as limitações de meios disponíveis, que contrastaram com a necessidade de manter os níveis de assistência a pessoas em situação de fragilidade e emergência social.

Contudo, não subsistem dúvidas quanto ao cumprimento deste último desiderato.

Apesar de já o ter referido no ano anterior e noutras situações, permito-me acrescentar ainda, como fator com cada vez mais influência na gestão quotidiana das Instituições Particulares de Solidariedade Social, o enorme crescimento da população idosa.



Este processo de envelhecimento da população, que resulta em grande medida do natural desenvolvimento civilizacional que concede ao ser humano uma maior esperança de vida, traz profundas implicações sociais e económicas, para as quais as autoridades governativas terão de começar a olhar com mais acuidade. Implicações sociais porque não existe oferta de respostas sociais adequadas aos novos utentes, em número e qualidade. Implicações económicas porque as IPSS'S não dispõem de meios financeiros para responder a esta emergência e as entidades que as tutelam cada vez mais se demitem das suas obrigações, no que respeita à concessão de recursos e meios.

Avaliando e, então, o Plano da Atividade e Orçamento de 2019, mormente as atividades nele previstas, constata-se que o enfoque fora direcionado, como não poderia deixar de ser, para as respostas sociais em que atua, em especial ao apoio a pessoas idosas, às crianças e jovens e à saúde, visando objetivos de sempre:

- promover a sustentabilidade económico-financeira da Instituição;
- sensibilizar os intervenientes para a redução e custos em diversas rubricas;
- desenvolver uma política de formação continua dos colaboradores que alimente a criatividade e a inovação;
- compatibilizar o aumento das condições de conforto e humanismo de todos os clientes/utentes, com a racionalização de gestão de recursos;
- apostar na qualificação gradual de infra estruturas.

Pese embora as limitações enunciadas, consideramos, genericamente, que o Plano de Atividades teve consecução positiva, não se tendo deixado de desenvolver as principais ações e eventos nele prescritas.

A Santa Casa da Misericórdia, fazendo jus à sua vocação secular, apoiou em 2019, através das suas respostas sociais e solidárias, as pessoas em situação mais frágil, procurando satisfazer as expectativas dos nossos utentes e respetivas famílias.

Promoveu também o desenvolvimento socioeconómico local, através da criação do emprego possível e absolutamente necessário à Instituição, com a importância que este fator releva no âmbito da economia social.

Como balanço, afirmaria que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, no ano de 2019, cumpriu os deveres que a sua matriz ideológica preconiza, designadamente o compromisso de responsabilidade, bem-estar e solidariedade para com a comunidade que serve.

Cientes de que o empreendedorismo está na base do sucesso da economia social, os atuais Corpos Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor assumem o compromisso de que tudo



farão no sentido de encontrar receitas diversificadas, tendo em vista a sustentabilidade desta emérita Instituição.

Consciente dos deveres da responsabilidade e solidariedade perante a sociedade, demos o nosso contributo para promover a inclusão, a estabilidade social, o desenvolvimento socioeconómico e a melhoria do bem-estar da população do concelho de Vila Flor. Reforço que o conseguimos fazer, mantendo o esforço de uma equipa coesa e solidária, mas também na afirmação de uma Instituição que sempre nos soube apoiar e incentivar, desde os nossos colaboradores/funcionários até aos Irmãos e Irmãs, na procura do verdadeiro serviço a prestar ao cliente/utente e comunidade.

“A sociedade civil pode fazer aquilo que o Estado sozinho não pode fazer. Aquilo que é pedido à nossa geração é que tenhamos a coragem de ser criativos e que tenhamos as competências necessárias em matéria de justiça social, para estendermos as mãos uns aos outros, numa cooperação livre e generosa. O Estado não pode fazê-lo sozinho. É a nós que compete fazê-lo. É isso que significa justiça social” (Michael Novak)

O Provedor

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Quintino Augusto Pimentel Gonçalves'.

(Quintino Augusto Pimentel Gonçalves)



// Valores e Princípios Orientadores

// Competência

Conjunto de conhecimentos e saberes, pessoais e técnicos, que visam assegurar a prestação de serviços com profissionalismo, responsabilidade e eficiência.

// Sustentabilidade

Implementação de medidas de promoção da sustentabilidade financeira a curto, médio e longo prazo de forma a salvaguardar as futuras gerações. Adopção de medida de promoção da qualidade ambiental.

// Responsabilidade

Capacidade e articulação intersectorial de assumir e responder pelas próprias ações e efeitos gerados, no compromisso e empenho continuados por um serviço de excelência.

// Religião e Ética

Respeito pelos princípios católicos, valores éticos e modos de atuação que visam orientar a conduta profissional e pessoal, garantindo a integridade, o sigilo, o respeito e cooperação entre todos os agentes.

// Inovação

Implementação de novos modos de atuação que facilitem uma maior satisfação de necessidades institucionais e/ou individuais identificadas.

// Transparência

Independência, assertividade, partilha, coerência e objetividade na comunicação e na ação entre os diferentes agentes.

// Qualidade de Vida

Primamos pela satisfação das necessidades e expectativas de cada cliente e a maximização das suas potencialidades, num esforço conjunto de promoção do exercício pleno da sua cidadania.

// Relatório de Atividades

Irmãos(as):

No sentido de reforçar os valores morais e sociais, melhorar a qualidade de vida e de acesso a bens e serviços, estimulando para uma cidadania inclusiva, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, em parceria com as diversas entidades locais desenvolveu atividades diversas.

Iniciamos o ano de 2019, com o desenvolvimento normal da prestação de serviços nas diversas Respostas Sociais, de forma a dar seguimento à obra social que temos estado a expandir.

// Principais Atividades Realizadas:

| Janeiro

- Comemorações dos Reis – As Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz levaram aos Clientes das Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor o Cantar dos Reis.



| Fevereiro

- Fevereiro – Mês dos Afetos – ERPI'S e Jardim de Infância.
- Reunião do Secretariado Regional de Bragança com todas as Misericórdias do Distrito.



| Março

- _ Desfile de Carnaval das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- _ Comemorações do Dia do Pai – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Relatório e Contas da Gerência 2018 no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos as responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 1.º Trimestre.
- _ Comemoração da chegada da Primavera e do Dia da Arvore – Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Participação do Sr. Provedor no Conselho Nacional dos Secretariados da União das Misericórdias Portuguesas.
- _ Reunião do 1.º trimestre da CDC – Segurança Social Bragança.



| Abril

- _ Realização das Solenidades da Semana Santa.
- _ Participação do Sr. Provedor na Assembleia Geral da UMP no Centro João Paulo II em Fátima.
- _ Participação na reunião do Conselho Distrital de Bragança e Vila Real realizada em Vila Pouca.



| Maio

- Comemorações do dia da Mãe
Atividades realizadas nas diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Realização das cerimónias de encerramento do Mês de Maria.
- Participação e apoio na peregrinação anual ao Santuário de Fátima.



| Junho

- Comemoração do Dia Mundial da Criança no Jardim de Infância Flor de Liz.
- Realização do Passeio das Crianças do Jardim de Infância Flor à Magikland em Penafiel.
- Comemoração dos Santos Populares das diversas Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- Passeio anual das ERPI'S e Centros de Dia ao Santuário de Nossa Senhora dos Remédios em Lamego.
- Reunião do 2.º trimestre da CDC – Segurança Social Bragança.

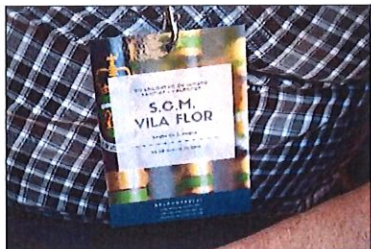


- O Sr. Provedor reuniu com a Diretora Técnica e todos os responsáveis das ERPI'S, a fim de avaliar o funcionamento no 2.º Trimestre.
- Festa de encerramento do ano letivo do Jardim de Infância Flor de Liz
- Realização do Passeio anual da Irmandade a Espanha, nomeadamente: Àvila, Alba de tornes e Penha de França.



| Julho

- _ Idas à Piscina com as Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- _ Participação no VII Encontro de Idosos em Sanfins.

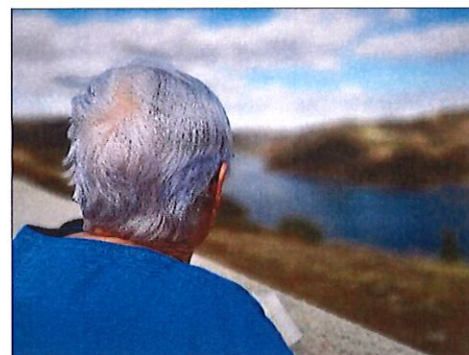


| Agosto

- _ Torneio de Sueca entre os utentes das diversas Respostas Sociais na ERPI Nossa Senhora dos Remédios.
- _ Participação na XVI edição da Terra Flor.

| Setembro

- _ Abertura do ano letivo 2018/2019 no Jardim de Infância Flor de Liz.
- _ Realização da reunião com os pais e encarregados de educação das crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- _ Comemoração do Dia Mundial do Turismo - Visita ao Santuário de Santo Antão da Barca.
- _ Participação nas Vindimas por parte dos Idosos e Crianças na Quinta de Santo António em Vila Flor e Quinta do Ataíde no Vale da Vilarça.
- _ Peregrinação Nacional das Misericórdias ao Santuário de Fátima.
- _ Reunião do 3.º trimestre da CDC – Segurança Social Bragança.



| Outubro

- _ V Semana da Alimentação – ERPI’S e Jardim de Infância.
- _ Comemoração do Dia Internacional do Idoso e Dia Mundial da 3.ª Idade.
- _ Comemoração do Outono.
- _ Participação do Sr. Provedor no Conselho Nacional dos Secretariados da União das Misericórdias Portuguesas.
- _ Comemoração do Halloween - Jardim de Infância Flor de Liz e ERPI’S.
- _ Misericórdia de Vila Flor Organizou a iniciativa “Outubro Rosa”.



| Novembro

- _ Visita Pastoral de D. José Cordeiro a Vila Flor.
- _ Visita ao Memorial em Honra dos Irmãos Falecidos no Cemitério Municipal.
- _ Magusto – Com Crianças e Idosos das ERPI’S e Centros de Dia.
- _ Participação do Sr. Provedor na Assembleia Geral da UMP no Centro João Paulo II em Fátima.
- _ Realização da Assembleia Geral da Irmandade – Plano de Atividades e Orçamento, no Auditório da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Comemoração do Dia Nacional do Pijama – Jardim de Infância de Liz.



| Dezembro

- _ Visita dos Irmãos as Respostas Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Visita dos alunos da turma TAS do 10.º Ano e da turma do 7.º Ano do agrupamento de escolas de Vila Flor a ERPI Nossa Sra. da Lapa e a ERPI Nossa Senhora dos Remédios para uma confraternização de Natal com os Utentes.
- _ Festa de Natal das Crianças do Jardim de Infância Flor de Liz.
- _ Ceia de Natal dos Funcionários da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.
- _ Almoço de Natal dos Centros de Dia.
- _ Ceias de Natal das ERPI'S, Centros de Dia e Unidade de Cuidados Continuados.
- _ Distribuição de doces de natal no dia de consoada pelos clientes do Apoio Domiciliário.
- _ Concertos de Natal nas diversas Respostas Sociais.
- _ Realização do Presépio da Santa Casa nos Jardins da UCCI.
- _ Visita à Vila Natal em Bragança no âmbito das férias de Natal do CATL.
- _ Reunião do 4.º trimestre da CDC – Segurança Social Bragança.



// Avaliação das Respostas Sociais

| ERPI'S



A Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) são respostas sociais, desenvolvidas em alojamento colectivo de utilização temporária ou permanente, onde são desenvolvidas actividades de

apoio social e prestados cuidados de saúde primários.

As ERPI's têm permissão de ser "casas de família" dos seus utentes, que necessitam de assistência e apoio, contribuindo para a estabilização, autonomia ou estimulação do envelhecimento activo e integração social.

Além das obras de Misericórdia e da cultura institucional e caritativa da Misericórdia, entre outros, constituem princípios gerais que presidem à filosofia de trabalho e gestão das ERPI's os princípios da dignidade humana, da família como célula cristã fundamental da sociedade, da coresponsabilidade, a entreatajuda e participação da universalidade igualdade, da solidariedade e economia social, da equidade social, da diferenciação positiva, da inserção social, da tolerância e da informação.

As ERPI's nas suas actividades, visam a prossecução dos seguintes objectivos:

- Acolher pessoas idosas, cuja situação social, familiar, económica e/ou de saúde, não lhes permite permanecer no seu meio habitacional de vida;
- Prestar os apoios necessários às famílias dos idosos, no sentido de preservar e fortalecer os laços familiares;
- Proporcionar alojamento, alimentação, assistência religiosa, ajuda psicológica e ocupação organizada e acompanhada dos tempos livres;
- Assegurar a prestação dos cuidados adequados à satisfação das necessidades, tendo em vista a autonomia e a promoção da sua qualidade vida, potenciando a integração social;
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação inter-familiar;
- Encaminhar e acompanhar as pessoas idosas para soluções adequadas à sua situação;
- Fomentar o processo de envelhecimento activo;
- Potencia o convívio social entre os utentes e seus familiares, amigos e comunidade.

Analisados os objectivos propostos, comprova-se que foram integralmente atingidos e que se trata de uma valência que continua a ter bastante procura, razão porque, no nosso



entendimento, se continuar a apostar na promoção da qualidade do serviço, concretamente na formação do pessoal, nas infraestruturas e equipamento.

Em todas as ERPI's foram executados serviços de manutenção e adequação, assim como a aquisição de equipamento que visam a respectiva optimização/melhoramento.

| UCCI *Unidade Cuidados Continuados Integrados*

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), promove a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia.

É uma Unidade que exige durante o ano muito trabalho de manutenção e reforço de algum equipamento, nomeadamente o chiller do AC e no gerador principal.

Para o ano 2020 está prevista a manutenção de todos os estores do edifício e aplicação de vinil nos dois pisos.

| Centros de Dia

Os Centros de Dia situados nas zonas rurais, apresentam atualmente uma fonte de preocupação de sustentabilidade por parte da Mesa Administrativa. Em outros relatórios referimos que se informou a Segurança Social desta situação, pelo que se aguarda a reconversão desta resposta em apoio domiciliário.

Para além desta situação refere-se que foram executados em todas as respostas, serviços de manutenção e aquisição de pequenos equipamentos, destinados ao seu bom funcionamento.

| Apoio Domiciliário

O serviço de apoio ao domicílio é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e/ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, e que não possam assegurar temporariamente ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou a realização das actividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

O serviço de apoio ao domicílio visa a prossecução dos seguintes objectivos:

- Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias;
- Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a ERPI's;
- Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes;

- Facilitar o acesso a serviços da comunidade;

Analisados os objectivos determinados, confirma-se que foram plenamente atingidos.

É nosso objetivo continuar a apostar na modernização e aumento dos serviços prestados nesta resposta, nomeadamente no transporte de medicamentos ao domicílio em parceria com a Farmácia da Misericórdia e oferta de serviços de beleza e estética, através do salão móvel Beleza para Idosos.

| Serviços Administrativos e Provedoria

Apostando numa resposta mais eficaz a todas as solicitações no âmbito administrativo, estes serviços encontram-se em pleno funcionamento.

Para ter em conta o maior controlo na circulação de bens e serviços continuamos numa atualização constante dos programas inerentes ao serviço, tendo em conta o Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados (RGPD).

| Armazém/Aprovisionamento

Este setor exige uma atenção redobrada na aquisição de bens alimentares, de produtos de higiene e limpeza através de uma exigente avaliação e seleção de fornecedores.

Continuamos a trabalhar para um maior rigor na entrada e saída de mercadorias para uma maior fluidez de serviços entre setores.

| Área Infantil - Jardim de Infância Flor de Liz



Com uma equipa de profissionais qualificados, este setor proporciona às crianças um melhor desenvolvimento cognitivo e motor através de atividades pedagógicas estimulantes e inovadoras adequadas a cada faixa etária.

No ano de 2019 iniciaram-se as obras do Jardim de Infância Flor de Liz, um projeto financiado pelo fundo Rainha Dona

Leonor, que visa proporcionar um convívio intergeracional, isto porque o Jardim de Infância é um edifício que divide a área exterior com a ERPI Nossa Senhora da Lapa, e desta forma será criada uma área de lazer para crianças e idosos.

Durante o período de obras desta Resposta Social, surgiram alguns obstáculos com a Empresa responsável pela empreitada atrasando a conclusão da mesma. Apesar deste contratempo, a sua abertura está prevista para o primeiro Semestre de 2020.

| Padaria

Este setor tem como objetivo a produção e distribuição de pão por todos os setores da Misericórdia.

O seu funcionamento continua a ter alguma recetividade por parte de toda a população nomeadamente nas épocas festivas com o Bolo Rei no Natal, e Foliares na Páscoa.

Foram realizados trabalhos de manutenção no edifício.

| Farmácia



Como política de inovação social da Misericórdia de Vila Flor, a Farmácia da Misericórdia criou recentemente o Cartão NÓS Saúde com descontos em medicamento, ofertas de aniversários e condições especiais para funcionários e Irmãos.

Este setor continua a apresentar soluções inovadoras e digitais respondendo às necessidades atuais da população.

Durante o ano, está prevista a aquisição de uma viatura elétrica, que se candidatou ao prémio “Mais Ajuda” para a distribuição de medicamentos e entrega ao domicílio em articulação com o Serviço de Apoio Domiciliário.

| Quinta de S. António



Com base no cultivo de produtos inerentes à prática agrícola, a Quinta de Santo António produz vinho, Azeite e hortofrutícolas todos eles destinados ao consumo dos nossos utentes nas diversas Respostas Sociais.

Brevemente, iremos ter alguns lotes do nosso vinho com a marca “Quinta das Sarilhas” disponível para encomenda on-line através de uma loja virtual que irá ser criada para o efeito, permitindo-lhe a sua comercialização para todo o mundo. Este produto irá integrar a lista dos produtos e serviços que a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor dispõe juntando-se à padaria e à Farmácia.

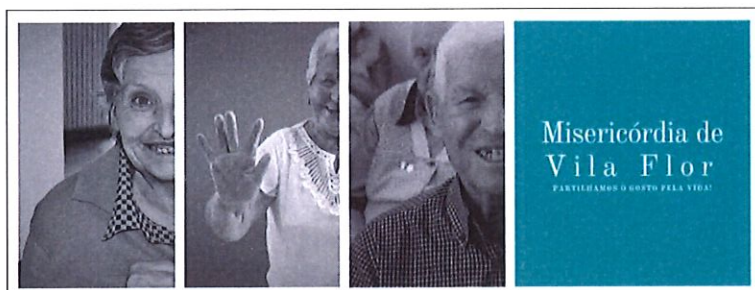
| Igreja da Misericórdia - Habitações – Outro Património

Para mantermos um bom estado de conservação, estes setores exigem, por parte da Mesa Administrativa uma redobrada atenção. Durante o ano, a nossa equipa responsável pelas obras faz a manutenção de todos estes imóveis.

| Parque Automóvel

Para dar uma imagem uniforme da Instituição, continuamos a decorar as viaturas. Estão previstos gastos inerentes à manutenção e bom funcionamento das mesmas.

| Departamento de Comunicação



O processo de melhoria da imagem da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor é contínuo.

Continuamos a apostar nas Newsletter periódicas, revista “NÓS” com versão impressa e on-

line, Site da Instituição e Facebook, com o objetivo de divulgar, todas as atividades da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor.

No Ano de 2019 foi implementada uma nova ferramenta de comunicação (Sapo Campus) entre Jardim de Infância e os Encarregados de Educação com o intuito de modernizar e melhorar a comunicação de uma forma segura entre estes.

Estão a ser criados folhetos de divulgação/informação de serviços prestados pela Instituição que visam esclarecer procedimentos de admissão/inscrição de utentes.

| Projetos e Candidaturas

Nos últimos anos a Misericórdia de Vila Flor tem prosseguido com modelo de governance de obtenção de fundos através de várias plataformas públicas, privadas e sociais de forma a apresentar soluções estratégicas e inovadoras que criem uma nova forma de actuação por parte da Misericórdia de Vila Flor, desde a Infância à Terceira Idade. O ano de 2019 não foi exceção e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor prosseguiu com a estratégia de operacionalizar projetos e candidaturas a várias plataformas de financiamento, tais como: Portugal 2020 e Norte 2020, Portugal Inovação Social, BPI Seniores, Fundação EDP, Fundo Rainha D. Leonor, FAMI, Fundação



PT. Uma vez que estamos em fase final do actual quadro comunitário é imperativo que a Misericórdia procure definir uma estratégia tendo em linha o quadro 2021-2027 (integrado na estratégia 2030 do Governo Português) de forma a antecipar soluções sociais que sejam cofinanciadas à médio prazo. Perante a esta situação a Misericórdia irá apresentar um plano plurianual de investimentos de estratégia a médio prazo para assim preparar o novo quadro comunitário e as exigências a nível legal, religioso, económico e social.

Actualmente a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor tem os seguintes projectos em carteira:

- Equipamentos Sociais – Reabilitação Maria Madalena – Norte 2020 - **Aprovado**
- Equipamentos Sociais – Reabilitação Nossa Senhora da Lapa – Norte 2020 – **Aprovado**
- Equipamentos Sociais – Equipamento Jardim de Infância – **Aprovado**
- Primeiro Aviso – Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade – **Aprovado e Executado a 100%**;
- Farmácia Móvel – Viatura Eléctrica – *Candidatado ao Prémio Mais Ajuda*;
- Segundo Aviso – Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade – **Aprovado**
- Fundo Dona Leonor – Obras Jardim de Infância – **Aprovado**;
- Ligar Famílias – SIOSLIFE – *Candidatado ao Prémio Fidelidade*;
- Beleza Para Idosos – Projeto Itinerante – **Aprovado pela Fundação PT**
- Reabilitação do Jardim de Infância – **Aprovado pelo Fundo D. Leonor**
- Nutrir a Vida – *Candidatado à SIC Esperança*;
- E-idoso – *Candidatado ao BPI Seniores*;

Para o ano de 2020, serão executados os projectos da ERPI M ERPI Maria Madalena (Freixiel,) e ERPI Nossa Senhora da Lapa, num total de obtenção de financiamento de **246.996,34€**. Também em 2020 serão terminadas as obras do Jardim de Infância Flor de Liz, num projecto cofinanciado pela Fundo Dona Leonor no total de 250.000,00 euros.

Em 2019, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, numa parceria com as Misericórdia de Torre de Moncorvo, Carrazeda de Ansiães e Freixo de Espada à Cinta executou a 100% a Distribuição de géneros alimentares e/ou de bens de primeira necessidade, no âmbito Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais com o número de destinatários finais total de 161 pessoas. A Santa Casa de Vila Flor foi a entidade coordenadora do projeto que culminou a sua execução no ano transato e viu também em Novembro de 2019 a aprovação do segundo aviso do mesmo projecto até 2023.



// Relatório de Gestão e Contas | 2019 – Conclusão

O ano de 2019 evidencia, neste documento de prestação de contas, uma trajetória de recuperação face ao ano anterior também o investimento em sectores cruciais para o desenvolvimento da nossa instituição. Este cenário só foi possível graças ao empenho de todos aqueles que aqui dão o seu melhor. Encontramo-nos numa fase de mudança da atitude do Estado perante as instituições do sector social, ora apelando à complementaridade, ora manifestando interesse pela subsidiariedade, o que dificulta imensamente toda a nossa acção social e religiosa. Neste documento foi possível aferir que o resultado líquido foi de -43.845,28€ euros.

O resultado em epígrafe é obtido graças ao esforço financeiro que a Misericórdia de Vila Flor executou nos últimos 5 anos, atualizando os vencimentos dos colaboradores da instituição em cerca de 20%, o que se repercutiu num aumento de 600 mil euros nas despesas com recursos humanos. Tal acontecimento deveu-se ao facto da atualização do salário mínimo nacional e consequente decisão da Mesa Administrativa em valorizar todas as categorias profissionais da instituição. Assim, e perante o supraexposto sublinha-se como de extrema importância a valorização profissional e remuneratória do nosso quadro de funcionários/técnicos.

Assim, a Mesa Administrativa solicita à Assembleia Geral a aprovação deste relatório da Gestão, e agradece a todas as Entidades e colaboradores, nomeadamente à Segurança Social; A.R.S. – Norte; Sub-Região de Saúde de Bragança; Centro de Emprego de Mirandela; Autarquia Local; Paróquia; Serviços de Saúde Locais; Bombeiros; Escuteiros; funcionários; voluntários e à nossa União das Misericórdias.

Queremos deixar aqui um voto de pesar pelos nossos Irmãos já falecidos, e um agradecimento aos Órgãos Sociais da Irmandade, aos Irmãos em geral e a quantos colaboraram na resolução de todos os problemas.

Que a Senhora das Misericórdias nos proteja e ajude.



| Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019, após o encerramento do período e até a elaboração do presente anexo não se registaram outros fatores suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Propõem-se se que o resultado líquido do período, seja transferido para a conta (Resultados Transitados)

Vila Flor, 8 de Março de 2020

A MESA ADMINISTRATIVA

Quintino Augusto Pimentel Gonçalves

José Joaquim Fernandes Pinto de Figueiredo

Rogério de Jesus Sanches Fernandes

António Júlio Martins Lapa

Victor Manuel Cortinhas Sil



Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor, pessoa coletiva n.º 500 746 958, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, apontando-se a sua fundação para o segundo quartel do Séc. XVI tendo em conta um documento datado de 17 de Setembro de 1671. Tem a sede no Largo do Rossio, n.º 11 em Vila Flor.

O registo definitivo dos Estatutos foi lavrado pela inscrição n.º 08/85, a folhas 192 verso e 193, do livro n.º 1 das Irmandades da Misericórdia e considera-se efetuado em 08 de Abril de 1985, nos termos do n.º 2, do artigo 13.º, do Regulamento do Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de Julho.

Tem como principal vivacidade o apoio à terceira idade/infância, a fim de assegurar/auxiliar aos seus cerca de 500 utentes através das seguintes Respostas Sociais:

- Lar de Idosos;
- Infantário;
- Creche;
- A.T.L.;
- Centros de Dia;
- Apoio Domiciliário;
- Unidade de Apoio Integrado;
- Cantinas Sociais;
- Unidade de Cuidados Continuados.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.



2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 e às entidades do sector não lucrativo.

2.2 - No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições à normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ENSL).

2.3 - A Instituição adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro pela primeira vez em 2012.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro - ESNL.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Instituição espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 40



As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Instituição com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no Fundo de Capital. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.4 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui o custo de aquisição, taxas associadas aos inventários e as despesas de transporte ou envio dos mesmos. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de ajustamentos em inventários".

3.5 Ativos e passivos financeiros

a) Clientes, Utentes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes, utentes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.



Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

3.6 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no Fundo de Capital, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Instituição não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Instituição;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.



As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas relacionam-se com a estimativa das vidas úteis de ativos fixos, com a responsabilidade associada a férias e subsídios de férias a pagar em 2019 relativos a 2018 e análise de imparidade de ativos e respetivos ajustamentos.

3.9 Especialização de exercícios

A Instituição regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.10 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÕES DE ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício, e não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

Alteração voluntária de políticas contabilísticas

Não houve ajustamentos nas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.



5 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 2019 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Descrição	Início do Período	Aquisições	Alienações	Transf e Abates	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	82 435,18	0,00	0,00	0,00	82 435,18
Edifícios e outras Construções	8 893 015,27	0,00	0,00	0,00	8 893 015,27
Equipamento Básico	1 217 748,46	27 877,62	0,00	0,00	1 245 626,08
Equipamento de Transporte	622 879,69	44 808,20	0,00	0,00	667 687,89
Ferramentas e Utensílios	29 221,62	0,00	0,00	0,00	29 221,62
Equipamento Administrativo	1 071 673,12	1 481,87	0,00	0,00	1 073 154,99
Outros Activos Fixos Tangíveis	70 897,39	29 221,62	0,00	0,00	100 119,01
Imobilizações em Curso	288 829,82	294 893,13	0,00	0,00	583 722,95
Propriedades de Investimento	543 884,61	0,00	0,00	0,00	543 884,61
Totais	12 820 585,16	398 282,44	0,00	0,00	13 218 867,60

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respetivo bem entrou em funcionamento.



Valor b escriturado	Início do Período	mortização do Período	Outras Alterações	Fim do Período
Terrenos e Recursos Naturais	2.570,01	1.174,95	0,00	3.744,96
Edifícios e outras Construções	3.622.768,32	132.073,56		3.754.841,88
Equipamento Básico	1.158.886,68	28.427,09	0,00	1.187.313,77
Equipamento de Transporte	629.528,88	25.372,82	0,00	654.901,70
Ferramentas e Utensílios	28.216,92	250,00	0,00	28.466,92
Equipamento Administrativo	1.005.597,10	20.955,28	0,00	1.026.552,38
Equipamentos Biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Activos Fixos Tangíveis	37.421,25	352,75	0,00	37.774,00
Totais	6.484.989,16	208.606,45	0,00	6.693.595,61

Não existem restrições de titularidade, nem ativos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os inventários da Instituição eram detalhados conforme se segue:

	2019			2018		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante líquido
Mercadorias	99.774,96		99.774,96	93.425,87		93.425,87
MP, subsidiárias e de consumo	60.826,31		60.826,31	63.166,36		63.166,36
	160.601,27	-	160.601,27	156.592,23	-	156.592,23



7 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros são as apresentadas a seguir:

ACTIVOS FINANCEIROS	2019			2018		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Disponibilidades						
Caixa	3.739,16	0,00	3.739,16	4.063,93	0,00	4.063,93
Depósitos À Ordem	299.809,06	0,00	299.809,06	428.417,99	0,00	428.417,99
Outos Dep Bancários	2.050.000,00	0,00	2.050.000,00	2.150.000,00	0,00	2.150.000,00
	2.353.548,22	0,00	2.353.548,22	2.582.481,92	0,00	2.582.481,92
Activos Financeiros ao custo amortizado						
Clientes e Utentes	160.265,96	0,00	160.265,96	138.477,76	0,00	138.477,76
Outras contas a Receber	259.984,54	0,00	259.984,54	351.486,60	0,00	351.486,60
	420.250,50	0,00	420.250,50	489.964,36	0,00	489.964,36
	2.773.798,72	0,00	2.773.798,72	3.072.446,28	0,00	3.072.446,28

A totalidade dos montantes de contas a receber são realizáveis no período de 12 meses, razão pela qual se apresentam no Ativo Corrente.

A Rubrica de "Outras contas a receber" apresenta a seguinte composição:



	Dez-2019	Dez-2018
Assistência Militares da Guarda	57,34	57,34
Serviços na Doença- PSP	805,92	805,92
ADMG-Assistencia à Doença	2.668,44	786,89
IASFA-Instituto de Acção Social	271,00	271,00
Administração de Saúde do Estado	25.655,65	25.655,65
Administração Regional de Saúde	36.438,12	40.001,75
Administração Regional Saúde-UCC	78.541,41	82.037,11
Centro Distrital de Bragança-UCC	13.705,43	12.257,25
Fundação Edp	0,00	10.000,00
Fundo rainha D. Leonor	88.079,87	161.039,09
Diversos (Farmácia)	13.761,36	17.688,80
IEFP - Bolsas de Estágio	0,00	885,80
	259.984,54	351.486,60

8 FUNDOS PATRIMONIAIS

Fundos

A Instituição foi criada em 1927 com um fundo inicial que se mantém sem variação até à data.

Aplicação de resultados

De acordo com a ata da Assembleia Geral, o resultado líquido do ano anterior, no montante de - 266.138,23€ foi aplicado na totalidade em Resultados Transitados.

Rubrica	Dez-19	Aumentos	Diminuições	Dez-18
Fundos	430.870	0	0	430.870
Reservas	34.725	0	0	34.725
Resultados Transitados	6.961.516	0	-266.138	7.227.654
Outras Variações Fundos Patrimoniais	1.559.972	0	-59.128	1.619.100
Piddac	235.770	0	-14.390	250.160
Centro de Cuidados Continuados	691.413	0	-20.952	712.365
Centro de Saúde de Vila Flor	308.178	0	-9.670	317.848
Fundo Rainha D. Leonor (Jardim Infância)	141.976	0	-88.080	230.056
Instituto Emprego e Formação Profissional	15.309	0	-393	15.702
Ifap	43.517	0	-1.813	45.330
Fundação EDP	21.000	0	-7.000	28.000
Fundação PT – Donativo Apoio Viatura	14.730	0	-4.910	19.640
Resultado Líquido Exercício	-43.845	0	-222.293	-266.138
Total	10.415.131	0	-250.181	10.665.312



9 SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios recebidos do Governo e reconhecidos na rubrica de Fundos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2019 referem-se, essencialmente, a apoios concedidos associados à Unidade de Cuidados Continuados, Centro de Saúde e Lar, revestindo a forma de Subsídios ao Investimento. A Instituição tem também reconhecidos Subsídios ao Investimento associados a Equipamento adquirido para utilização da Santa Casa.

10 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2019	2018
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	122.027,20	158.941,83
	122.027,20	158.941,83
Outros passivos financeiros		
Outras Contas a Pagar	350.234,64	324.939,58
	350.234,64	324.939,58
	472.261,84	483.881,41

O montante de credores por acréscimos de gastos diz respeito a:

	2019	2018
Remunerações a liquidar	350.234,64	328.198,10
diversos	0,00	0,00
Totais	350.234,64	328.198,10

O montante de Remunerações a Liquidar evidenciado acima respeita à estimativa de férias e subsídio de férias a processar em 2020, relativa aos direitos adquiridos referentes a 2019.



11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 2019 e em 2018 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	0,00	10.594,58	0,00	11.795,55
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	8.927,71	1.456,77	10.951,10
Contribuições para a segurança Social	0,00	53.893,64	0,00	52.011,70
Outros Impostos	0,00	308,79	0,00	287,38
	0,00	73.724,72	1.456,77	75.045,73

12 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Instituição é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Venda de bens	1.069.646,24	1.084.155,05
Prestações de serviços	2.378.265,61	2.314.445,28
	3.447.911,85	3.398.600,33

As prestações de serviços referem-se essencialmente a mensalidades recebidas dos utentes.



13 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios à Exploração nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 tem o seguinte detalhe:

Relação dos subsídios obtidos	Subsídios À Exploração	Quantias concedidas
	Entidade concedente	Total
1	Centro Regional de Segurança Social	1 341 525,50
2	Câmara Municipal de Vila Flor	17 353,90
3	Instituto do Emprego e Formação Profissional	17 141,97
5	IFAP, I.P.	4 485,90
6	Ifadap	0,00
7	POPH	0,00
9	Outras Entidades	5 939,68
10	Doações	0,00
		1 386 446,95

Os rendimentos aqui registados respeitam, na sua maioria, a transferências recebidas do Instituto de Segurança Social a título de comparticipação nos serviços prestados de acção social.

A rubrica inclui também valores recebidos/a receber relativos a Estágios Profissionais, comparticipados pelo IEFP.



14 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 tem o seguinte detalhe:

	2019	2018
Subcontratos-Exploração de Refeitórios	0,00	0,00
Trabalhos especializados	47.645,87	35.235,08
Publicidade e propaganda	5.568,34	369,00
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	5.333,77	3.911,40
Conservação e Reparação	71.118,75	2.610,49
Outros	12.149,29	11.748,55
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	0,00	0,00
Livros e documentação técnica	0,00	0,00
Material de escritório	7.732,70	9.026,57
Artigos para oferta	8.461,21	2.712,78
Outros	5.263,91	9.083,78
Electricidade	102.464,52	128.417,61
Combustíveis	183.468,23	275.473,88
Água	9.599,90	10.449,23
Outros	0,00	0,00
Deslocações e estadas	1.745,44	1.380,90
Rendas e alugueres	9.235,65	9.062,30
Comunicação	23.133,55	19.922,84
Seguros	17.353,19	14.415,43
Contencioso e notariado	709,54	3.306,83
Despesas de representação	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	1.058,34	0,00
Outros serviços	180.918,91	297.411,10
Outros	0,00	0,00
	692.961,11	834.537,77



15 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 2019 e em 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações do Pessoal	2 176 069,33	2 110 843,83
Encargos sobre remunerações	483 876,37	468 579,16
Seguros de ac. Trabalho	38 720,50	38 316,33
Outros	225 864,12	210 882,70
	2 924 530,32	2 828 622,02

A rubrica “Outros” inclui o montante de Subsídio de Alimentação pago aos funcionários (valor de 196.708,53 € em 2019).

O n.º médio de funcionários durante o ano de 2019 foi o que se detalha no quadro seguinte:

Descrição	Nº Funcionários (média 2019)
Serviço de Apoio Domiciliário	11
Centro de Dia	9
Lar de Idosos	116
Jardim de Infância	14
Outras Atividades	70

16 DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 2019 e em 2018 é conforme se segue:

Descrição	2019	2018
Activos fixos tangíveis	208.606,45	208.513,03
Activos intangíveis	0,00	0,00
	208.606,45	208.513,03



17 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 2019 e em 2018 é conforme se segue:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	61.371,49	34.659,40
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	41.089,60	34.928,24
Subsídios	59.127,46	62.564,24
Doações	3.389,83	1.758,82
Outros	5.048,76	15.604,76
	170.027,14	149.515,46

O valor reconhecido na rubrica de Subsídios respeita à imputação dos Subsídios ao Investimento ao período, na proporção das amortizações dos bens subsidiados.

18 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2018 e 2019 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2019	2018
Depósitos em instituições de crédito	6.586,03	16.141,73
Totais	6.586,03	16.141,73



19 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não existem quaisquer acontecimentos após a data de balanço com impacto nas demonstrações financeiras naquela data, nem ao nível da sua apresentação nem de divulgações adicionais.

Vila Flor, 06 de Março de 2019.

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Balança

Balança em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		31 Dez 2019	31 Dez 2018	Variância
ATIVO				
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	5.952.165,76	5.791.711,39	2,77%
Bens do património histórico e cultural		5.681,13	5.681,13	0,00%
Propriedades de investimento	5	543.884,61	543.884,61	0,00%
Ativos intangíveis		3.000,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		12.727,70	9.522,35	33,66%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		72,00	78,00	-7,69%
		6.517.531,20	6.350.877,48	2,62%
Ativo corrente				
Inventários	6	160.601,27	156.592,23	2,56%
Clientes	7	160.265,96	138.477,76	15,73%
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos		0,00	1.456,77	-100,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	7	259.984,54	351.486,60	-26,03%
Diferimentos		37.105,50	31.350,93	18,36%
Outros ativos financeiros		188,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	7	2.353.548,22	2.582.481,92	-8,86%
		2.971.693,49	3.261.846,21	-8,90%
Total do Ativo		9.489.224,69	9.612.723,69	-1,28%
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos Patrimoniais				
Fundos	8	430.870,22	430.870,22	0,00%
Excedentes técnicos		0,00	0,00	0,00%
Reservas	8	34.724,83	34.724,83	0,00%
Resultados transitados	8	6.961.516,10	7.227.654,33	-3,68%
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	1.559.972,26	1.619.099,72	-3,65%
Resultado líquido do período	8	-43.845,28	-266.138,23	83,53%
Total dos fundos patrimoniais		8.943.238,13	9.046.210,87	-1,14%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Outras contas a pagar		0,00	0,00	0,00%
		0,00	0,00	0,00%

Balço

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variancia
		31 Dez 2019	31 Dez 2018	
Passivo corrente				
Fornecedores	10	122.027,20	158.941,83	-23,23%
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00	0,00%
Estado e outros entes púbcos	11	73.724,72	75.045,73	-1,76%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros		0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Diferimentos		0,00	7.473,82	-100,00%
Outras contas a pagar	10	350.234,64	325.051,44	7,75%
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	0,00%
		545.986,56	566.512,82	-3,62%
Total do Passivo		545.986,56	566.512,82	-3,62%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		9.489.224,69	9.612.723,69	-1,28%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2019	2018	
Vendas e serviços prestados	12	3.447.911,85	3.398.600,33	1,45%
Subsídios, doações e legados à exploração	13	1.386.446,95	1.387.306,84	-0,06%
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-1.211.416,67	-1.332.627,57	9,10%
Fornecimentos e serviços externos	14	-692.961,11	-834.537,77	16,96%
Gastos com o pessoal	15	-2.924.530,32	-2.828.622,02	-3,39%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00	0,00%
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	17	170.027,14	149.515,46	13,72%
Outros gastos e perdas		-17.302,70	-13.402,20	-29,10%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		158.175,14	-73.766,93	314,43%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	-208.606,45	-208.513,03	-0,04%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-50.431,31	-282.279,96	82,13%
Juros e rendimentos similares obtidos	18	6.586,03	16.141,73	-59,20%
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		-43.845,28	-266.138,23	83,53%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-43.845,28	-266.138,23	83,53%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Resultados por Funções

Valência: Todas || Do Mês: Abertura || Ao Mês: Regularizações

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		Variância
		2019	2018	
Vendas e serviços prestados		3.447.911,85	3.398.600,33	1,45%
Custo das vendas e dos serviços prestados		-4.135.946,99	-4.161.249,59	0,61%
Resultado bruto		-688.035,14	-762.649,26	9,78%
Outros Rendimentos		1.563.060,12	1.552.964,03	0,65%
Gastos de distribuição		-33,00	-27,00	-22,22%
Gastos administrativos		-901.534,56	-1.043.023,80	13,57%
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00%
Outros gastos		-17.302,70	-13.402,20	-29,10%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-43.845,28	-266.138,23	83,53%
Gastos de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos		-43.845,28	-266.138,23	83,53%
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		-43.845,28	-266.138,23	83,53%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2018

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Total
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018		430.870,22	0,00	34.724,83	7.303.093,60	0,00	1.417.058,11	-75.439,27	9.110.307,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	-75.439,27	0,00	202.041,61	75.439,27	202.041,61
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	-75.439,27	0,00	202.041,61	75.439,27	202.041,61
RESULTADO EXTENSIVO								-266.138,23	-266.138,23
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO								-190.698,96	-64.096,62
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2018		430.870,22	0,00	34.724,83	7.227.654,33	0,00	1.619.099,72	-266.138,23	9.046.210,87

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no período 2019

UNIDADE MONETÁRIA: Euros

Descrição	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Total
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		430.870,22	0,00	34.724,83	7.227.654,33	0,00	1.619.099,72	-266.138,23		9.046.210,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação do Resultado Líquido		0,00	0,00	0,00	-266.138,23	0,00	-59.127,46	266.138,23		-59.127,46
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	-266.138,23	0,00	-59.127,46	266.138,23		-59.127,46
RESULTADO EXTENSIVO										
OPERAÇÕES COM INSTITUIÇÕES NO PERÍODO										
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2019		430.870,22	0,00	34.724,83	6.961.516,10	0,00	1.559.972,26	-43.845,28		8.943.238,13

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		
		2019	2018	Variância
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto				
Recebimentos de clientes e utentes		1.704.591,20	1.667.833,48	2,20%
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de apoios		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos a fornecedores		-2.411.484,93	-2.237.224,13	-7,79%
Pagamentos ao pessoal		-2.003.143,81	-1.962.773,98	-2,06%
Caixa gerada pelas operações		-2.710.037,54	-2.532.164,63	-7,02%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Outros recebimentos/pagamentos		2.434.089,88	2.690.212,10	-9,52%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-275.947,66	158.047,47	-274,60%
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros		140.615,93	32.525,87	332,32%
Outros ativos		0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento		0,00	0,00	0,00%
Juros e rendimentos similares		6.398,03	16.141,73	-60,36%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		147.013,96	48.667,60	202,08%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Realização de fundos		0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00%
Doações		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00%
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00%
Dividendos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos		0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00	0,00%
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-128.933,70	206.715,07	-162,37%
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00%

Demonstração (Individual/Consolidada) dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS		Variância
		2019	2018	
Caixa e seus equivalentes no início de período		432.481,92	225.766,85	91,56%
Caixa e seus equivalentes no fim de período		303.548,22	432.481,92	-29,81%

(1) - Euro

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa



PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2019

Nos termos das disposições legais e Estatutários, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e os documentos de prestação de contas que lhe são submetidos pela Mesa Administrativa, relativas ao ano de 2019.

O Conselho Fiscal acompanhou de perto a atividade da Mesa Administrativa, durante todo o exercício de 2019 e procedemos à verificação dos registos que nos foram fornecidos.

Relativamente aos documentos de prestação de contas – Relatório, Balancete Geral, Demonstração de Resultados por Funções, Balanço e a Demonstração de Resultados por Natureza, depois de analisados todos os documentos, verificou-se que o resultado líquido do exercício, foi negativo em 43.845,28€ (quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e vinte e oito cêntimos).

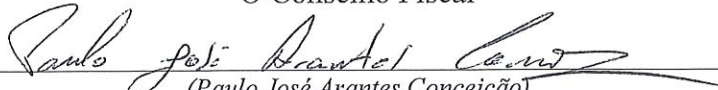
O Relatório da Mesa Administrativa é esclarecedor da ação desenvolvida e dos resultados alcançados e está em conformidade com as contas apresentadas.

O Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou deliberação que fosse contrária às normas vigentes.

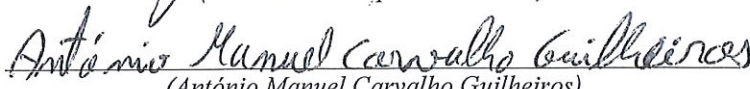
Deste modo, é parecer do Conselho Fiscal que sejam **APROVADOS** o Relatório de Gestão e as Contas referente ao exercício de 2019.

Vila Flor, 09 de Março de 2019

O Conselho Fiscal


(Paulo José Arantes Conceição)


(Pedro José Sampaio de Barros)


(António Manuel Carvalho Guilherme)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Vila Flor (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 9.489.225 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.943.238 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 43.845 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

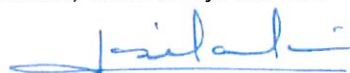
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 06 de março de 2020

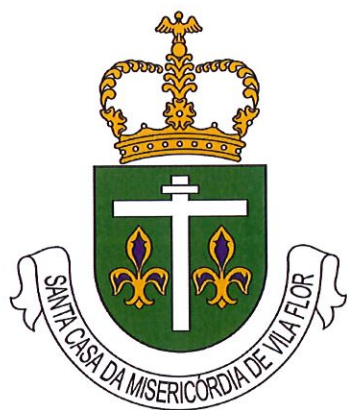


PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)



www.misericordiavilaflor.com



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR

Largo do Rossio, n.º 11 * 5360-323 Vila Flor * Telefone: 278 518 070 * Fax: 278 518 078
CAE 85313 * NIF: 500 746 958 * URL:www.misericordiavilafior.com * E-mail:scm-vila.flor@mail.telepac.pt

ACTAS DA ASSEMBLEIA GERAL

ACTA N.º 126

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA FLOR, CELEBRADA NO DIA 29 DE JUNHO DE 2020. -----

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e vinte, no Auditório do Lar de Nossa Senhora dos Remédios, reuniu em Assembleia Geral Ordinária, a Assembleia Geral, sob a Presidência do senhor Victor Manuel da Silva Costa, secretariada respetivamente por Alexandre José Evaristo Trigo e Paulo José Gomes Monteiro Praça. -----

INEXISTÊNCIA DE QUÓRUM (PRESENÇA DA MAIORIA DE IRMÃOS) -----

Foi à hora marcada, ou seja às dezanove horas e trinta minutos, que o senhor Presidente da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, tendo informado que iria esperar mais meia hora para dar início aos trabalhos, na medida em que não estavam presentes a maioria dos Irmãos e, como tal Estatutariamente e nos termos da convocatória, ter-se-ia de aguardar por mais meia hora para dar início aos trabalhos. -----

INICIO DOS TRABALHOS -----

Decorrido o espaço temporal mencionado e com a presença de vinte e quatro Irmãos, foi às vinte horas que o senhor Presidente da Assembleia Geral declarou aberta a reunião, para análise e debate da ordem de trabalhos, que a seguir se transcreve: -----

PRIMEIRO: APRESENTAÇÃO, DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E DEZANOVE; -----

SEGUNDO: SEMANA SANTA; -----

TERCEIRO: OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA. -----

O senhor Presidente da Assembleia Geral, iniciou os trabalhos com as orações habituais, pelos Irmãos falecidos e cumprimentou a Irmandade. -----

Foi lida a ata da reunião anterior, colocada à votação, foi esta aprovada por maioria, com a abstenção do Irmão Paulo Praça, por não ter estado presente nesta reunião. -----

De seguida deu-se início à ordem de trabalhos e tomadas as seguintes deliberações: -----

APRESENTAÇÃO, DO RELATÓRIO E CONTAS DA GERÊNCIA DE DOIS MIL E DEZANOVE - O

Senhor Presidente da Assembleia Geral, passou a palavra ao Senhor Provedor, para que este desse uma explicação sobre os documentos em discussão e análise. Depois de fazer referência a algumas verbas mais significativas, disse que a receita foi de cinco milhões dez mil, novecentos setenta um euros e noventa sete cêntimos, e uma despesa de cinco milhões cinquenta e quatro mil, oitocentos dezassete euros e vinte cinco cêntimos, o que originou um resultado líquido negativo de quarenta três mil, oitocentos quarenta e cinco euros e vinte oito cêntimos; Disse ainda que apesar do resultado líquido negativo a Misericórdia se encontra

financeiramente numa situação estável, e comparativamente ao do ano anterior, verificou-se uma recuperação muito significativa. Até porque o resultado antes das depreciações é positivo no valor de cento cinquenta e oito mil, e setenta cinco euros e catorze cêntimos. -----

Relativamente aos projetos, falou das candidaturas já aprovadas e em execução, e das que foram concluídas com os respetivos financiamentos e das dificuldades de execução das mesmas, devido à situação do COVID. -----

O Presidente da Assembleia Geral perguntou à Assembleia se algum Irmão quisesse questionar a Mesa Administrativa sobre os documentos em discussão/análise. Como nenhum Irmão interveio, passou a palavra ao Conselho Fiscal para este se pronunciar sobre o Relatório de Contas, tendo emitido **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação do Relatório e Contas do exercício de dois mil e dezanove. -----

Foram estes documentos postos à votação, os quais foram aprovados por maioria, com a abstenção do Irmão Rui Pedro. -----

SEMANA SANTA – Neste ponto nada foi dito pelo facto desta reunião ter ocorrido posteriormente à Semana Santa e não se ter realizado nos moldes dos anos anteriores devido à situação do COVID. -----

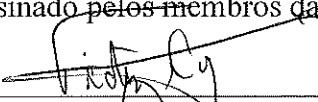
OUTROS ASSUNTOS JULGADOS DE INTERESSE PELA ASSEMBLEIA – O Senhor Presidente da Assembleia Geral perguntou aos Irmãos presentes se alguém queria intervir. -----

Pediu a palavra o Irmão Rui Pedro, para questionar a Mesa Administrativa sobre o que é que a Instituição tem feito nesta situação epidemiológica. O Provedor informou a Assembleia que a partir do dia dezasseis de Março, foram dadas instruções para que nos Lares fosse vedado o acesso às visitas dos utentes, agradeceu o esforço de todos os colaboradores da Instituição e à equipa de saúde local na realização de testes COVID a utentes e funcionários; A Instituição está a cumprir todas as diretivas emanadas pela Direção Geral de Saúde. -----

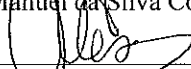
Mais ainda informou que a Instituição para isolamento profilático, em caso de necessidade, tem no edifício de Centro de Dia de Roios, vinte e cinco camas, e no Lar de Seixo de Manhoses vinte e duas camas, todas elas devidamente aprovadas e licenciadas para esse efeito. -----

O Irmão António Pinhel perguntou qual era a data prevista para o término das obras do Infantário; O Provedor respondeu que possivelmente estariam prontas no início de Setembro.

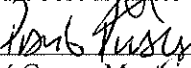
Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente da Assembleia Geral convidou os Irmãos a fazer uma oração final, finda a qual se encerrou esta reunião, da qual se lavrou a presente ata, cujo conteúdo é lido e vai ser assinado pelos membros da Mesa presentes. -----



Victor Manuel da Silva Costa



Alexandre José Evaristo Trigo



Paulo José Gomes Monfeiro Praça